



**Departamento de Arqueologia e Antropologia**

**Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural**

**ARQUEO-TURISMO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DO  
PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO SONGO, NA  
PROVÍNCIA DE TETE**

Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural pela Universidade Eduardo Mondlane

**Por: Helton Sales Malate**

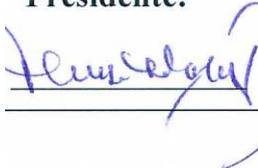
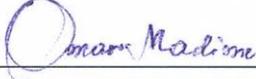
**Supervisores:** Prof. Dr. Leonardo Adamowicz (em memória) e  
Profa. Doutora Solange L. Macamo

Maputo, 2021

# ARQUEO-TURISMO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO SONGO, NA PROVÍNCIA DE TETE

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural na Universidade Eduardo Mondlane

**Helton Sales Malate**

O Júri	Data
<p><b>Presidente:</b>  <b>Supervisor:</b>  <b>Oponente:</b> </p>	<p>26 05 21</p>

# 1. ÍNDICE

DECLARAÇÃO .....	v
DEDICATÓRIA .....	vi
AGRADECIMENTOS .....	vii
ABREVIATURAS.....	viii
ÍNDICE DE FIGURA.....	ix
RESUMO.....	x
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1. Problematização .....	2
1.2. Metodologia .....	2
1.3. Objecto de estudo .....	3
1.4. Objectivos.....	3
1.4.1.Objectivo geral .....	3
1.4.2.Objectivos específicos .....	3
1.5. Justificativa.....	3
<b>CAPÍTULO 3. REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>7</b>
3.2.1. Grande Zimbabwe .....	8
3.2.2. Origens .....	8
3.2.3. O núcleo do Grande Zimbabwe - análise arqueológica .....	10
3.2.4. O declínio do Grande Zimbabwe .....	12
3.3. O Zimbabwe do Songo.....	12
3.3.1. Descrição.....	12
3.3.3. Trabalhos arqueológicos .....	14

3.3.4. Tipologia da cerâmica .....	15
3.3.5. Arquitectura.....	15
CAPÍTULO 4. O CONTEXTO FÍSICO-GEOGRÁFICO DO ZIMBABWE DO SONGO, NO VALE DO ZAMBEZE .....	17
4.1. Localização e características físicas do Zimbabwe do Songo.....	17
4.2. Condições climáticas do Songo .....	19
4.3. Hidrografia .....	20
4.4. Geologia .....	20
4.5. Vegetação .....	21
CAPÍTULO 5.....	22
GESTÃO SUSTENTÁVEL DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DA PLATAFORMA DO SONGO .....	22
5.1. Sumário .....	22
5.2. Principais instrumentos legais existentes no domínio da gestão do zimbabwe do Songo	22
5.3. Serviços e condições de hospedagem.....	24
5.4. Proposta do modelo do turismo cultural, para a gestão sustentável do património arqueológico.....	25
CONCLUSÃO .....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA .....	31

## **DECLARAÇÃO**

Eu, Helton Sales Malate declaro que esta dissertação nunca foi antes apresentada a fim de obter qualquer grau acadêmico e que a mesma constitui o resultado da minha pesquisa e, por conseguinte, indico as referências bibliográficas que utilizei.

---

(Helton Sales Malate)

# **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao saudoso Prof. Dr. Leonardo Adamowicz.

## AGRADECIMENTOS

Serve o presente trabalho de contributo para o desenvolvimento de uma forma de gerir o património arqueológico, conferindo-lhe o papel de instrumento imprescindível no processo de desenvolvimento sustentável a nível local. Acima de tudo estas páginas reflectem o meu crescimento humano e profissional ocorrido nos últimos anos na UEM. São muitas as pessoas que desempenharam um papel significativo neste processo, directa ou indirectamente, para a realização da presente investigação.

Ao Prof. Dr. Leonardo Adamowicz (em sua memória), pela oportunidade única de crescimento que me proporcionou, através dos seus ensinamentos, durante a licenciatura. Agradeço-lhe não só pela orientação científica, mas também pela confiança depositada em mim, pela simpatia e apoio prestado nos momentos menos fáceis da vida e do trabalho. À Professora Doutora Solange Macamo, pela orientação e amabilidade, ao disponibilizar o seu tempo, para rever o meu trabalho. À Directora do curso, Dra. Kátia Filipe, pelo seu grande apoio, encorajamento e críticas construtivas, para o melhoramento do meu trabalho.

De um modo geral, agradeço ao corpo docente do Departamento de Arqueologia e Antropologia e do Curso de Arqueologia e Gestão do Património Cultural, por me terem transmitido o seu saber, contribuindo dessa maneira, para a concretização deste trabalho e para a minha reactualização profissional.

Quero também expressar a minha sincera gratidão aos meus colegas de 2013 que, através do simples convívio, me ajudaram a entender e apreciar a vida académica.

Obrigado aos meus pais e aos meus irmãos, pelo seu apoio, embora distantes de mim, concretamente o parente Jaime Malate.

À minha namorada, pelo companheirismo e pelas suas palavras de encorajamento.

Aos meus amigos e patrocinadores, os irmãos, Amós Malate, Atencio Malate, Adérito Malate, Yolanda Malate e em especial à mana Alacia Malate, pelos ensinamentos.

## **ABREVIATURAS**

**AHM** -Arquivo Histórico de Moçambique

**CIPRIANA**- Campanha da Implementação do Projecto de Investigação Arqueo-antropológica na Província de Nampula

**d. C.** - depois de Cristo

**DAA** -Departamento de Arqueologia e Antropologia

**DNPC**- Direcção Nacional do Património Cultural

**ICOMOS** - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (International Council of Monuments and Sites)

**IF** - Idade do Ferro

**IFI** – Idade do Ferro Inferior

**IFS** – Idade do Ferro Superior

**IP** – Idade da Pedra

**MAE** – Ministério da Administracao Estatal

**MAM** – Missão Antropológica de Moçambique

**SAREC**- Agência Sueca para a Cooperação Científica

**UEM** – Universidade Eduardo Mondlane

## ÍNDICE DE FIGURA

Figura 1:Evidências de Zimbabwe de Songo (foto Massibora 2018)	13
Figura 2.Cerâmica da Estação Arqueológica de Songo (Macamo 2006)	15
Figura 3. Localização de ruínas da plataforma de Songo em relação das infraestruturas da cidade actual (MapInfo). Adaptado por Hamido Atuia 2021	16
Figura 4.Localização do Zimbabwe de Songo na Província de Tete (Adapt. do Google Malate)	17
Figura 5. Características físicas do Songo (Foto Massibora 2018)	18
Figura 6. Zonas Circundantes de Songo (Foto Massibora 2018)	18
Figura 7. Actividades de pesca na albufeira de Cahora Bassa ( <a href="https://www.google.com">https://www.google.com</a> )	24
Figura 8. a. Modelo de guião arqueo-turístico do Songo	26
Figura 9. b. Guião arqueo-turístico de Songo	27

## RESUMO

O presente trabalho com o título *Arqueo-turismo e Gestão Sustentável do Património Arqueológico do Songo, na Província de Tete*, tem como objectivo descrever, interpretar e apresentar recomendações que possibilitem o desenvolvimento do turismo cultural, do ponto de vista do património arqueológico.

O estudo considera a primeira intervenção arqueológica realizada em 1971, pela Brigada de estudo da pré-história e arqueologia do vale do Zambeze, chefiada pelo geólogo e pré-historiador, Miguel Ramos. Missão essa, posteriormente, dada continuidade por M. Conceição Rodrigues. Estudos arqueológicos posteriores levados a cabo no Vale do Zambeze e no Songo, em particular, a seguir à Independência Nacional e até recentemente reforçam o interesse científico da área.

Este estudo tenta interpretar os resultados das pesquisas arqueológicas efectuadas no Songo, para apresentar uma proposta de gestão sustentável do património arqueológico.

Neste trabalho, a plataforma do Songo tem um lugar de destaque, como construção típica da Tradição Zimbabwe-Khami. A sua localização numa posição central, na Vila do Songo, dá vantagens para o seu aproveitamento turístico, como questão-chave deste estudo. O estudo efectuado mostra os benefícios de um turismo ligado ao património arqueológico, com a participação das comunidades locais, valorizando, ao mesmo tempo, a beleza natural das paisagens do Songo, no Vale do Zambeze.

**Palavras-chave.** Grande Zimbabwe. Tradição Zimbabwe-Khami. Songo. Plataforma. Turismo Cultural.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho com o tema *ARQUEO-TURISMO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO SONGO, NA PROVÍNCIA DE TETE*, visa propor elementos de estudo que possibilitem a promoção do turismo cultural em Moçambique.

Pretende-se, particularmente, interpretar e valorizar a presença da plataforma do Songo, como um tipo de construção arquitectónica de grande dimensão patrimonial, em associação com os recursos naturais favoráveis, presentes no local.

A plataforma do Songo (ou Zimbabwe do Songo) é uma construção do tipo Khami (Macamo 2006) que, provavelmente, foi erguida no local após o declínio do Grande Zimbabwe, quando também o Vale do Zambeze substituiu o Save como via de penetração para o interior, no século XV AD ( Phillipson 1985, Macamo 2006). Este período também coincide com a chegada dos portugueses no Vale do Zambeze (Macamo et al 2011).

A outra interpretação relaciona o Songo com o período Zimbabwe- Monomotapa, indicando a possível ligação directa entre os Estados Zimbawe e Mutapa, que se seguiram um ao outro (Ramos 1980),

A plataforma do Songo foi interpretada de novo por Solange Macamo (2006) como sendo uma construção datada do séc. XVIII, com base nas datas de radiocarbono obtidas de uma segunda escavação nos finais dos anos 90 e inícios de 2000. Ela relacionou os resultados da escavação com a tradição oral disponível, recuperada por Santos Junior nos finais da década dos anos 1930 (Santos Junior 1930) e reinterpretada por Ricardo T. Duarte após a Independência Nacional (Macamo & Duarte 1996).

A arquitectura, assim como as cerâmicas recuperadas, apresentam semelhanças com a tradição de Khami e do Grande Zimbabwe, facto que levou Solange Macamo a relacioná-lo com a presença da dinastia *Changamire* no local coincidindo, como se disse, com a penetração portuguesa no vale do Zambeze (Macamo 2006, Macamo et al 2011).

No Songo tem se verificado uma crescente necessidade de se valorizar o património cultural de modo a encorajar a comunidade que a preserva, assim como de dar maior credibilidade neste aspecto. Pretende-se com este trabalho, preservar, divulgar e promover este património de forma sustentável para o benefício da comunidade local e do país em geral, através da promoção do património arqueológico do Songo, para a educação, diversificação do emprego para jovens do Songo, atraíndo turistas para o local.

## **1.1.Problematização**

Songo possui nestes últimos anos uma aglomeração de pessoas devido à existência de minerais que estão a ser explorados na província de Tete. Deste modo, algumas áreas protegidas, como património cultural (Lei 10/88, de 22 de Dezembro) e paisagens culturais, como o Songo encontram-se mal preservadas e sem gestão, sem mencionar ainda a falta da sua divulgação.

Nos últimos anos verificamos que, cada vez mais, cresce o número de projectos integrados, onde os arqueólogos se preocupam, além dos interesses científicos, com a preservação das estações arqueológicas. Preocupam-se também em envolver as comunidades locais, para se beneficiarem deste património, através da actividade turística e da preservação do património seja ele cultural como natural.. É preciso pensar em políticas integradas de gestão do património arqueológico: estação arqueológicas e património cultural, no geral e, sobretudo, desenvolver acções que permitam a inclusão da população local como agente activo nesse processo. Por exemplo, a integração do património arqueológico no estudo das identidades culturais e da memória individual e colectiva, assim como dos actores sociais em relação aos seus projectos, com a participação das comunidades locais. Desse modo, estaria garantido que as comunidades se sentissem parte do seu património (Macamo comunicação pessoal, 2019).

A pergunta de partida desta monografia:

- ❖ Até que ponto o Zimbabwe do Songo, como parte do povoamento passado e da paisagem cultural pode contribuir para o desenvolvimento do turismo cultural sustentável na província de Tete?

## **1.2.Metodologia**

Na elaboração deste trabalho recorri, na primeira fase, à revisão da literatura na biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia da UEM e aos artigos fornecidos pelo corpo de docentes do departamento e ainda aos artigos da internet.

Na segunda fase estudei a legislação que rege o funcionamento institucional sobre a gestão do património cultural, na província de Tete, especificamente a Lei 10/88, de 22 de Dezembro que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano (Lei 10/88, de 22 de Dezembro).

Na última fase procedi à compilação dos dados obtidos em forma da presente monografia.

### **1.3.Objecto de estudo**

Pretende-se com este estudo apresentar ideias para a preservação, divulgação e gestão sustentável do património arqueológico do Songo, em benefício das comunidades locais. O estudo centra-se no arqueo-turismo do Songo, para a gestão sustentável do património arqueológico.

### **1.4.Objectivos**

#### **1.4.1.Objectivo geral**

Apresentar um estudo para a gestão sustentável do património arqueológico do Songo

#### **1.4.2.Objectivos específicos**

- ❖ Apresentar a história da investigação do Zimbabwe do Songo;
- ❖ Descrever o contexto geográfico do Songo, no Vale do Zambeze;
- ❖ Caracterizar a Tradição Zimbabwe-Khami;
- ❖ Interpretar o tipo de arquitectura da plataforma do Songo;
- ❖ Identificar o potencial turístico do património arqueológico do Songo;
- ❖ Dar sugestões e recomendações sobre a utilização do património arqueológico do Zimbabwe do Songo para fins turísticos, beneficiando as comunidades locais

### **1.5.Justificativa**

Os dados e os elementos arqueológicos resultantes da intervenção arqueológica no Zimbabwe do Songo justificam o seu interesse arqueo-turístico, para além da sua localização privilegiada no planalto de um encadeamento de relevos e próximo da margem do Rio Zambeze (Rodrigues, 2009:129).

Teve-se em atenção a totalidade da informação arqueológica do Songo, no contexto da Tradição Zimbabwe-Khami, de modo a possibilitar a sua integração na paisagem cultural existente, para a gestão sustentável do património cultural.

O estudo desta tradição apresentado em termos bibliográficos, (por exemplo: Ramos 1980, Ramos & Rodrigues 1978, Macamo & Duarte 1996, Macamo 2006, Rodrigues 2009, Macamo et al 2011), aliado à legislação sobre a protecção do património cultural e natural no país possibilitam a formulação de uma proposta de gestão sustentável do património arqueológico, tendo como base o Zimbabwe do Songo.

Procede-se no capítulo 2, com a apresentação do dicionário dos conceitos-chave usados neste estudo.

## CAPÍTULO 2. CONCEITOS USADOS

Para a compreensão deste estudo importa o levantamento dos termos e conceitos-chave sobre o arqueoturismo, aqui apresentados, em formato de dicionário.

- 1 **Amuralhado-** Significa "recintos muralhados ou murados", englobando todas as ruínas de empedrado construídas por complexos, recintos, fortins, simples ou desmornados, torres cónicas, sepulcros, bases onde assentaram palhotas habitacionais, etc (Macamo 2003: 14).
- 2 **Amuralhado Zimbabwe-** Estruturas em pedra, geralmente de granito, sobrepostas sem argamassa a uni-las. Tinham a função delimitar a zona onde viviam os chefes como símbolo de poder e prestígio. Ex: Manyikeni (Morais & Sinclair 1980, Macamo 2006).. Entre os séculos XV a XVIII AD assiste-se ao aparecimento de amuralhados com função defensiva, do estilo fortificação (Loopholed stone structures) (Pikirai 1993 apud Macamo 2006). Os tipos de amuralhados, geralmente coincidem com as fronteiras de olaria, no contexto da Idade do Ferro Superior (Macamo 2003: 13).
- 3 **Desenvolvimento sustentável-** “ É aquele capaz de suprir as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações” (ONU, 1972).
- 4 **Dhaka-** Termo de origem Nguni que significa argila dura (Beach 1980 apud Macamo 2006). A sua função é barrear ou maticar soalhos e paredes de certas construções como a maioria em Moçambique, em especial a casa Shona de arquitectura tradicional. Este termo é vulgarmente utilizado dentro da arquitectura dos Zimbabwes (Macamo 2003: 31-32).
- 5 **Integração** – Os interesses das comunidades locais, as necessidades de conservação do património cultural e os interesses turísticos devem ser salvaguardados através de uma integração dos planos do turismo cultural no processo de planificação e definição de estratégias de desenvolvimento a vários níveis (Localidade, Município, Distrito e Província) ( Filipe, K, Coord. 2012:92).

- 6 **Ruína histórica-** Resto de construção desmoronada que esteja ligada à história ou qualquer lugar mencionado pela história. Entretanto para alguns autores ruína é qualquer coisa construída pelo homem, a qual foi completamente destruída que não poderá ser restaurada de novo na sua função original (Macamo 2003: 60).
- 7 **Técnica de arquitectura Zimbabwe** - Em termos arquitectónicos a Tradição Zimbabwe divide-se em dois tipos: o Tipo Zimbabwe (como Manyikeni) e o Tipo Khami (como Songo).
- 8 **Tradição Zimbabwe (ou Grande Zimbabwe)** - Para alguns autores designa tradição de ruínas (Pikirayi 1993 apud Macamo 2006). A Tradição Zimbabwe é um termo global que inclui diferentes entidades: arqueológica, arquitectónica e geográfica (Sinclair 1987). Todavia, a olaria geométrica e queimada é considerada a entidade que melhor distingue esta tradição. Além de outros critérios, a Tradição Zimbabwe é caracterizada presença de diferentes grupos de complexos de amuralhados (Macamo 2003: 66).
- 9 **Turismo sustentável** – É aquele que deve trazer benefícios às comunidades residentes e proporcionar-lhes meios importantes e motivação para cuidarem e manterem o seu património, assim como as suas práticas culturais. É necessário o envolvimento e a cooperação das comunidades locais dos operadores turísticos, dos proprietários, dos autores de políticas, das pessoas que preparam os planos de desenvolvimento nacional e dos gestores do património, para se conseguir uma indústria de turismo sustentável e ao mesmo tempo garantir a a protecção dos recursos do património para as futuras gerações. As actividades do turismo e da conservação do património devem beneficiar a comunidade residente. Os autores de políticas devem promover medidas para a distribuição equitativa dos benefícios provenientes do turismo, pelos países ou regiões, melhorando os níveis de desenvolvimento sócio-económico e contribuindo, onde necessário.

Para a melhor contextualização deste estudo, no capítulo que se segue é feita a revisão da literatura sobre o Zimbabwe do Songo, como património arqueológico, para o desenvolvimento do turismo cultural no Songo, na Província de Tete, no Distrito de Cahora-Bassa.

## CAPÍTULO 3. REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo é apresentada a história de investigação sobre a Tradição Zimbabwe, no geral, com a diferenciação dos tipos de construção Zimbabwe e Khami. Segue-se uma explicação sobre as origens desta tradição e particulariza-se a história da investigação do Songo, como parte central deste estudo. O capítulo termina com a descrição da plataforma do Songo e dos principais trabalhos arqueológicos realizados no local.

### 3.1. Os primeiros estudos sobre a Tradição Zimbabwe

A primeira referência arqueológica sobre a existência de construções em pedra dada por algumas fontes portuguesas, tem sua origem nos relatos de autores britânicos, Hall e Neal. Posteriormente no final de 1929, Wieschhoff efectuou escavações nestes locais. Nesta época atribuiu-se aos povos provenientes do exterior de África como sendo os construtores dos amuralhados (Hall 1987).

Todavia, a investigação arqueológica dos recintos de pedra no Zimbabwe tinha progredido consideravelmente com o trabalho sensacional de Caton-Thompson em 1931. A partir de escavações efectuadas no Grande Zimbabwe por Caton-Thompson, ficou comprovado que os amuralhados eram originalmente africanos, em oposição à visão eurocêntrica defendida por alguns estudiosos (Macamo 2004: 128).

Existem mais de 150 estações pertencentes à Tradição Zimbabwe que são conhecidas a Leste do Botswana, África do Sul, Moçambique e Angola (Sinclair 1987). A maior parte das estações encontram-se na República de Zimbabwe dada a abundância do granito, principal material usado para a construção das muralhas desta tradição. A outra característica geográfica da tradição Zimbabwe é a preferência pelas zonas perto dos rios, pois uma das suas bases económicas é a domesticação do gado (Macamo 2006:110).

Todavia, nem todas as muralhas da Tradição Zimbabwe foram construídas de granito como por exemplo Niamara e Manyikeni foram feitas de xisto e calcário, respectivamente. Por outro lado, a Tradição Zimbabwe inclui dois tipos de construção o amuralhado em si e as casa de habitação de forma circular, cujo material de construção são as estacas e “*dhaka*”. Em termos de técnicas arquitectónicas a tradição Zimbabwe divide-se em dois tipos : o tipo Zimbabwe e o tipo Khami (Ndoro 2003) No tipo Zimbabwe as paredes do amuralhado são colocadas livremente, circundando as habitações de *dhaka*. Este é o caso de Manyikeni, conforme Solange Macamo ( comunicação pessoal 2019). Ela afirma que, inversamente, no

tipo Khami, as muralhas apoiam-se em pedregulhos e assentam numa plataforma por cima da qual são erguidas as mesmas habições da *dhaka*. Este é o caso do caso do Songo, usado para o desenvolvimento do arqueio turismo neste trabalho.

Garlake (1982: 45) argumenta que a arquitectura do Grande Zimbabwe tinha a função de restringir as áreas da elite dirigente dos demais e para destacar a sua autoridade e poder. Assim as muralhas exibem o poder do estado e os êxitos da classe reinante. Por outro lado, conforme este autor, em certos espaços discutiam-se os problemas da nação, resolviam-se os conflitos entre a população, a política e outros assuntos de interesse social .

## **3.2. A Tradição Zimbabwe**

### **3.2.1. Grande Zimbabwe**

De acordo com os dados histórico- arqueológicos disponíveis e apoiando- se na tradição oral, os conhecimentos acerca da Cultura Zimbabwe estão normalmente associados ao exercício do poder com características centralizadoras e definidas a partir de um território localizado no planalto do Zimbabwe (Rodrigues, 2009:34).

A análise actual mostra em síntese, que o desabrochar da cultura “ Mambo” (título de chefe da linhagem dinástica dirigente) é visto como um dos mais característicos e espectaculares estádios culturais africanos de língua Bantu, que surgiu politicamente definido e estabelecidos a partir da chegada de um núcleo de elites de língua Shona, apontado para data não anterior aos meados do século XIII AD, segundo essa tradição, depois de ter suplantado os centros do poder do vale do Limpopo, é designada por “tradição cultural do Zimbabwe” (Rodrigues, 2009:34), ou Tradição Zimbabwe (Sinclair 1987, Macamo 2006)

### **3.2.2. Origens**

O Grande Zimbabwe teria sido antecedido pela sequência de centros de poder que denotam uma crescente hierarquização social, desde o século IX AD a meados do século XII AD, com manifestação de transformações quanto à gestão do gado bovino localizadas no médio Limpopo como Schroda, em Mapungumbwe (Hall 1978). Entretanto, recentemente, ao contrário do que se vinha dizendo, a provável primeira capital Zimbabwe, não é

Mapungubwe, mas Mapela Hill, na confluência entre os rios Limpopo e Shashi (Chirikure *et al.* 2014), não sendo, porém, o meu objectivo, neste trabalho, discutir esta questão. Uma nova etapa de modelo de desenvolvimento está presente e os testemunhos destas chefaturas” são hoje considerados os mais importantes registos arqueológicos disponíveis para as bacias do rio Limpopo e de Shashi, localizados a sudoeste do actual Zimbabwe (Rodrigues .2009:35).

A “tradição cultural do Zimbabwe” é o resultado do desenvolvimento que irradiou das comunidades de agricultores-pastores-metalurgistas que, depois de terem dominado a área entre o Limpopo e Zambeze (Kiyaga-Mulindwa 1993:386-390) tiveram o seu apogeu no núcleo do complexo Grande Zimbabwe (Rodrigues 2009:35).

Um destes centros teria sido a estação-colina de Schrroda, ocupada por volta de 800AD, onde foram recolhidas manilhas, contas (missangas), conchas e restos de moluscos, o que mostra a presença de elementos que documentam o seu contacto com a costa do Índico , como Chibuene (Ekblom 2004). Em Mapungubwe, o núcleo populacional e área residencial dos chefes Shonas revela que terá sido uma capital regional. A presença da capital em Mapungubwe teria ocorrido desde os meados do século XI AD (cerca de 1050) (Pwiti, 1996:20), com a ocupação de um cabeço que domina a povoação (próximo da margem direita do rio Limpopo), sendo visto como um dos primeiros Zimbabwe, isto é, uma área cujos muros cerimoniais foram elevados tanto no vale, como no alto do cabeço até ao declínio nos finais do século XII (Rodrigues .2009:35).

O estado do Zimbabwe terá existido desde os meados do século XIII AD, após ter começado por submeter os diferentes centros do poder no vale do Limpopo e criado um novo centro no planalto a Norte, para onde irradiou a comunidade de agricultores-pastores-metalurgistas. O percurso mostra que as elites dominantes teriam passado a controlar as minas de ouro, depois dominaram a grande área no planalto, o estilo de vida das suas populações foi sendo alterado, e estas ter-se-ão concentrado, dando origem ao que se considera um “centro urbanizado”, envolvendo o que se veio a designar por Grande Zimbabwe, entre 1250 AD e cerca de 1440\1450 AD. Nesse período, aquele estado atingiu o auge da sua prosperidade e paralelamente uma grande concentração demográfica, e teria tomado esta designação porque nos núcleos do poder político e económico a aristocracia fez rodear a sua área de habitação por cercados em pedra conhecidas por Madzimbabwe (singular Zimbabwe). A palavra Zimbabwe, na linguagem Shona, quer dizer “estrutura de pedra” ou “local venerado” (Meneses 2002, Macamo 2003, Rodrigues, 2009:36-37).

### 3.2.3. O núcleo do Grande Zimbabwe - análise arqueológica

Do ponto de vista arqueológico, o que hoje se designa por “tradição cultural do Zimbabwe” parece ter sido pico do processo de desenvolvimento na África Oriental austral que se evidenciou após o “Complexo Chifumbaze” (Rodrigues, 2009:47).

A arqueologia pode levar a considerar os povos Shonas como os responsáveis por tradições cerâmicas da Idade de Ferro Superior materializada na tradição Leopard Kopje estabelecida no sudeste do Zimbabwe e de Gumanye que estão presentes na sua cerâmica (Rodrigues, 2009:47).

O estudo da organização social das comunidades resultantes da expansão e fixação Bantu tem vindo a ser desenvolvido pelos historiadores, linguistas e em particular pelos arqueólogos. Como resultado desse trabalho, evidencia como núcleo de estudo da área do complexo do Grande Zimbabwe, onde a centralização política proporcionou a construção de cercados monumentais em termos regionais, devido a oportunidade que deu para que um indivíduo ou grupos restritos monopolizassem ou controlassem a distribuição da riqueza, sendo um estímulo o comércio a longa distância (Rodrigues, 2009:47).

A sua origem emerge a partir das primitivas populações Early Iron Age que desenvolveram a cerâmica Gokomere/Ziwa decorada com bandas incisas múltiplas, triângulos alternados e impressões do tipo ponteadas consideradas da tradição Kalundo (Huffman, 1989:65). A cerâmica Gokomere defere da Ziwa e também da Nkope, porque inclui recipientes de bordos recurvados que são decorados com bandas múltiplas não referenciadas em Ziwa ou no ramo Nkope, o que poderá representar a corrente vinda de Oeste, sendo aqueles atributos característicos da cerâmica Kalundo (Rodrigues, 2009:47).

O designado Período I do Zimbabwe corresponde à ocupação da área mais elevada do planalto do Zimbabwe, que começou a ser habitada por grupos de agricultores-metalurgistas, que haviam sido precedidos por comunidades de caçadores-recolectores da Idade da Pedra, pelo menos a partir Idade da Pedra Média. Como primeira ocorrência regista-se a cerâmica Gokomere, datada do século IV AD e considerada mais antiga daquela área. Este é um conjunto cerâmico com combinações de motivos idênticos aos de outras estações como Bambata e Kalundo também no Zimbabwe e Matakoma no Norte do Transvaal, o que poderá representar a existência de uma cerâmica “pré- Gokomere” na corrente bantu Oeste, segundo

Huffman (1989:74), sendo esta tradição que forma, com as fáceis do ramo Nkope e Kwale da tradição de Urewe, o “Complexo Chifumbaze” da IF(Phillipson, 1994:192).

A cerâmica do período I do Zimbabwe é caracterizada por dispor de recipientes globulares com cola divergente, tigelas e taças semiesféricas ou elípticas, de paredes baixas e de base côncava. A decoração está organizada e os motivos são do tipo inciso largo ou impresso e caneluras desenvolvidas no colo ou a seguir ao início do bordo (Huffman, 1970:16 e 1989:69). Foram encontrados também vestígios de mineração de ouro e cobre (Rodrigues, 2009:48).

O resultado obtido na datação de radiocarbono de uma amostra do final do chamado Período I do Zimbabwe registou a data de 320 +- 150 d.C. (Rodrigues, 2009:48).

O período II do Zimbabwe mostra uma cerâmica pobre do ponto de vista tecnológico, documentada pela presença de recipientes globulares e tigelas hemisféricas praticamente sem decoração ou polimento com grafite, apresentando-se a pasta pouco compacta; ou talvez isso seja apenas o resultado de uma cozedura deficiente, o que revela uma perda de qualidade comparativamente com a cerâmica de Gokomere / Ziwa (Rodrigues, 2009:47).

No III Período, segundo a tradição a construção de muros cerimoniais em pedra teria sido também iniciada. As suas habitações de “pau-a-pique” maticadas, mas que neste período teriam passado a serem realizadas com soco ou base de *dhaka* que permitia a colocação de toros na vertical de um modo mais seguro, tornando a mais consistente e sólidas (Rodrigues, 2009:49).

Os elementos fundamentais da arquitetura são os muros ou cercados de alvenaria de pedra seca ou insossa, que deram com a sua construção corpo ao Estado de Zimbabwe. Estes foram sendo construídos no cimo da colina englobando os afloramentos rochosos que eram estrategicamente aproveitados e incorporados para apoiar essa mesma construção (Rodrigues, 2009:49).

Os dados mais recentes consideram que as estruturas de pedra bem elaboradas do Grande Zimbabwe teriam sido construídas entre os finais do século XIII AD e os meados do século XV AD ( Phillipson, 1994:232).

### **3.2.4. O declínio do Grande Zimbabwe**

O Grande Zimbabwe teria começado a entrar em declínio por volta de meados do século XV AD devido ao esgotamento dos recursos naturais, nomeadamente o gado bovino, que constituía uma base de acumulação de riqueza (Rodrigues, 2009:55).

Como consequência, a elite do estado de Zimbabwe, ou seja, as suas linhagens expandiram-se em várias direcções ao mesmo tempo que a área envolvente foi sendo abandonada pela população devido à falta de recursos para sobreviver (Para discussão ver também Pikirayi 1993) Com o declínio do Grande Zimbabwe, formou-se no Vale do Zamabeze, a norte de Harare, o Estado de Mutapa, a ocidente, o Estado de Torwa, em Khami (Pikirayi 1993, Macamo com. Pessoal 2019). É deste último Estado que se relaciona o tipo de construção em plataforma no Zimbabwe do Songo, como se segue.

## **3.3. O Zimbabwe do Songo**

### **3.3.1. Descrição**

O amuralhado de Songo consiste numa construção em plataforma de pedras sobrepostas de granito com uma forma elíptica, tendo como extensão 51,2 m de Norte a Sul, e 70,45m de Leste a Oeste. Na parte norte existe uma entrada com uma escada de 20,6m de comprimento e 7,6m de largura. Igualmente, são visíveis quatro vestígios de chão maticado “*dhaka*” na parte sul da plataforma (Macamo 2006)

No Songo, há divisórias em forma de muralhas radiais onde foram encontrados 4 soalhos de casa de dhaka. A plataforma superior apresenta numerosos vestígios da ocupação humana, sobretudo objectos líticos, fragmentos de cerâmica e estruturas de habitação. De referir que a construção em plataforma do amuralhado de Songo, evidência certas similaridades com as ruínas de Khami datadas entre os Séculos. XVI e XVIII AD (Macamo 2006: 189).



Figura 1: Evidências de Zimbabwe de Songo (foto Massibora 2018)

### 3.3.2. História da investigação

A investigação do Zimbabwe de Songo começa em 1937 com o antropólogo Santos Júnior no âmbito de Missão Antropológica de Moçambique. Em 1972 e 1973 o geólogo Miguel Ramos realiza operações de salvaguarda, no âmbito da construção da barragem de Cahora Bassa (Ramos & Rodrigues 1978).

Durante as suas pesquisas no Songo, Ramos encontrou diversos vestígios arqueológicos tais como instrumentos líticos, cerâmica, pedaços de escória de ferro fundido (Ramos & Rodrigues 1978). A cerâmica decorada com formato geométrico foi associada à cultura Zimbabwe. Por outro lado, Ramos realizou um estudo no amuralhado de Songo, que incluiu um levantamento da área circundante. Esta investigação resultou na classificação do amuralhado de Songo como sendo parte da Cultura Zimbabwe- Mutapa (Ramos & Rodrigues 1980: 356).

Após a independência nacional, Ricardo Teixeira Duarte fez arqueológicas no Songo. Os resultados desta pesquisa, foram mais tarde publicados numa obra intitulada “*Oral tradition and Songo Ruins*” (Macamo & Duarte 1996).

Todavia, das escavações realizadas nas ruínas do Songo, por Macamo e Liesegang em 1995, mostraram a necessidade da continuação dos trabalhos, para uma melhor compreensão da identidade arqueológica desta estação em relação à Tradição Zimbabwe (Macamo & Duarte 1996:).

Por outro lado, Ramos não conseguiu apresentar uma cronologia referente ao amuralhado do Songo com vista a confirmar a sua conclusão sobre a identidade do Songo com o período Zimbabwe-Mutapa. Sendo que, outros elementos da sua análise relativos aos estilos arquitectónicos, não incluíram a tradição Zimbabwe Khami (Macamo 2006: 183-184).

No âmbito do projecto SAREC (Liesegang 1995, Macamo & Duarte 1996, Macamo, Sundstrom & Ekblom 1996, Macamo, Risberg & Ekblom 2011) foram efectuadas pesquisas arqueológicas no Songo. Estas pesquisas foram extensivas à região de Chicoa, para avaliar possíveis vestígios de um Zimbabwe, provável capital do Estado de Mutapa (Macamo 2006). Contudo, nada foi vislumbrado, dado que Chicoa encontra-se submerso com a construção da albufeira de Cahora Bassa (Ibidem).

As escavações no Songo dirigidas por Solange Macamo, em representação do DAA/UEM, contaram com o apoio de G. Liesegang, do Departamento de História/UEM (em 1995) e de J. Sundstrom e A. Ekblom, da Universidade de Uppsala, Suécia (em 1996). As campanhas de 1997 e 1998 objectivaram compilar o levantamento topográfico da estação usando o Geodímetro, com o apoio de Joaquim Miguel, técnico do DAA/UEM. Os trabalhos no Songo continuaram em 2000, com a visita de Paul Sinclair da Universidade de Uppsala e com o apoio de J. Risberg, da Universidade de Estocolmo. Esta visita teve como objectivo identificar os processos secundários da distribuição dos achados e a actividade humana no local ( Macamo 2005:184).

Benedito Machava, Francisco Sorte e Leonardo Adamowicz contribuíram na pesquisa do Songo, através dos estudos cerâmicos e sua descrição, no contexto das estações relacionadas, do Vale do Zambeze e da província de Inhambane (Niamara, Degue-Mufa e Manyikeni, respectivamente) (Adamowicz 2006 appendix 1, 2 & 3, Macamo 2006).

Os estudos arqueológicos efectuados por S. Macamo e seus colegas no Songo também foram baseados na interpretação da sua arquitectura, permitindo-lhe classifica-lo como parte da Tradição Khami, ou Zimbabwe-Khami (Macamo 2006).

### **3.3.3. Trabalhos arqueológicos**

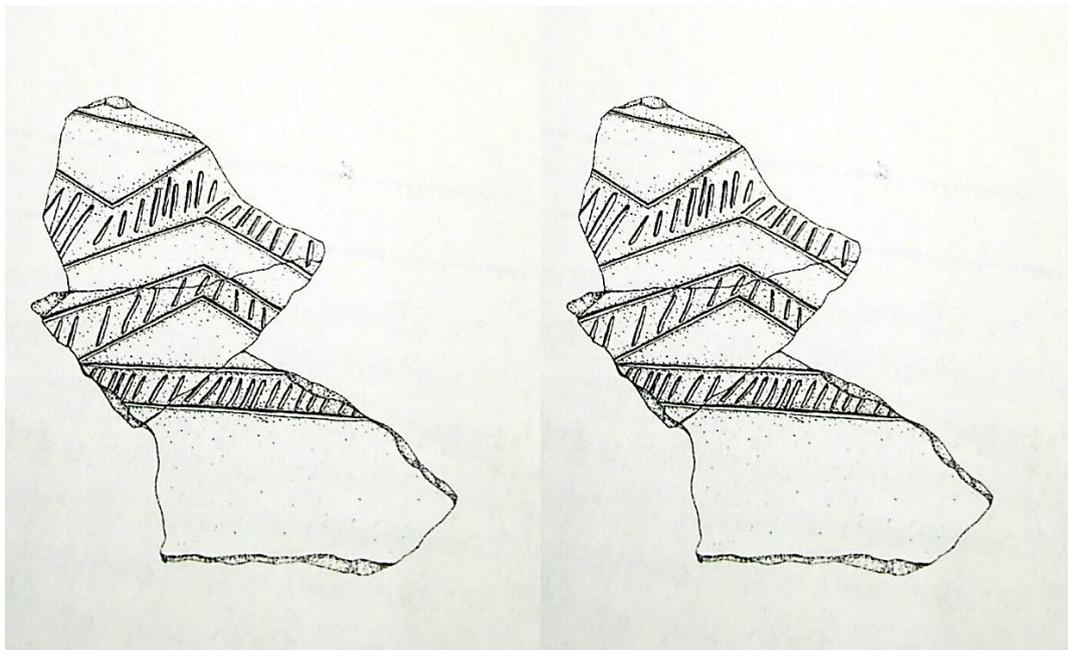
Os dados e os elementos arqueológicos resultantes da intervenção arqueológica no recinto muralhado do Songo justificam o interesse do trabalho de campo além de terem permitido terminar a sua localização geográfica privilegiada no planalto de um encadeado de relevos e próximo da margem do Rio Zambeze (Rodrigues, 2009:129).

Teve-se em atenção a totalidade de elementos recolhidos, de modo a possibilitar a sua integração no contexto cultural mais amplo como é a tradição da cultura Zimbabwe muito embora a sua estrutura arquitetónica seja aparentemente diferente.

O estudo do recinto muralhado do Songo apresentado em termos monográficos mostra o resultado das técnicas e métodos de intervenção que possibilitaram o processo de caracterização e interpretação proporcionado pelos valores em análise (Rodrigues, M.2009:129).

#### **3.3.4. Tipologia da cerâmica**

A cerâmica identificada por Miguel Ramos, apresenta uma decoração geométrica correspondem à classificação de cerâmica "Zimbabwe tipo II" (Ramos 1973:12-14 citado por Macamo 2006:186). É possível observar pelo menos uma amostra de cerâmica com triangulação geométrica incisa.



*Figura 2. Cerâmica da Estação Arqueológica de Songo (Macamo 2006)*

#### **3.3.5. Arquitectura**

“ O recinto muralhado de Songo documenta uma construção de pedra seca ou insossa, de planta sob-elipsoidal e de estilo africano, mostrando não só o conjunto de elementos estruturais, como uma realidade arqueológica enquadrável na Tradição da Cultura Zimbabwe” . “(Rodrigues, 2009:47).

“O tratamento analítico começou pela representação gráfica da planta do recinto muralhado do Songo tendo por base os resultados do levantamento topográfico na sequência da intervenção arqueológica.

As várias estruturas constituídas pelos vestígios das bases de *dhaka* que apoiaram as construções do tipo pau-a-pique foram registadas no piso do recinto, bem como a complexa estrutura da área onde teriam decorridos as actividades de fundição tendo a sua organização especial sido um dos pontos de partida para interpretação da razão da escolha do local para construção daquele recinto no planalto do Songo foi dada importância ao tipo de elementos estruturais que possibilitaram a criação daquela grande plataforma “(Ibidem).

Para completar esta descrição, os estudos efectuados por Macamo & Liesegang (Liesegang 1996), baseados em levantamentos topográficos e no exame de perto da construção do Zimbabwe do Songo, concluíram sobre a sua afiliação ao tipo arquitectónico Khami. Este tipo arquitectónico enquadra elementos de construção em plataforma (Macamo 2006).

O capítulo que se segue permite perceber os factores geográficos que influenciaram na escolha do local para o posicionamento do Zimbabwe do Songo.

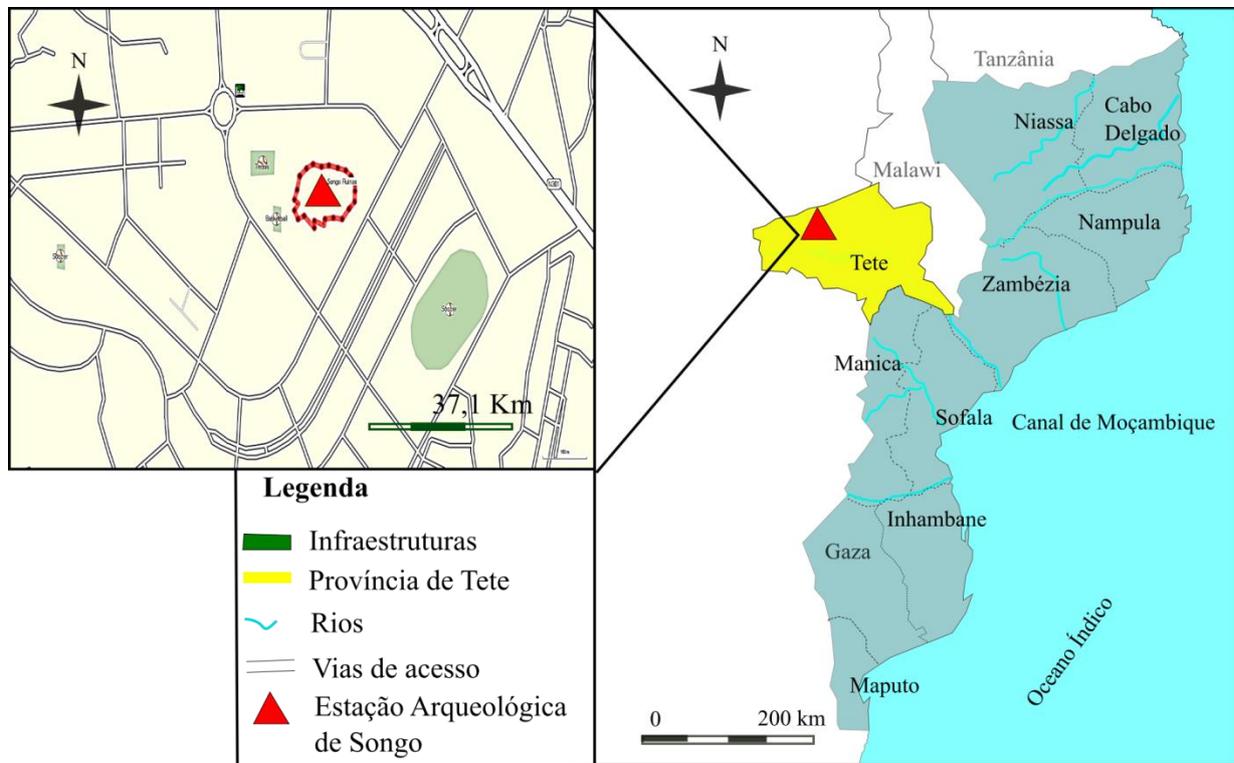


Figura 3. Localização de ruínas da plataforma de Songo em relação das infraestruturas da cidade actual (MapInfo). Adaptado por Hamido Atuiá 2021





*Figura 5. Características físicas do Songo (Foto Massibora 2018)*



*Figura 6. Zonas Circundantes de Songo (Foto Massibora 2018)*

## **4.2. Condições climáticas do Songo**

A construção do amuralhado de Songo no planalto do Songo, não parece ser de modo algum obra do acaso: é um local de temperatura agradável, sem excesso de calor se o comparamos com a cidade de Tete, e com facilidade de água potável (Rodrigues 2009 :24).

O clima predominante é do tipo “Seco de estepe com inverno seco - BSw” (classificação de Köppen), modificado localmente pela altitude, com duas estações distintas: a estação chuvosa (muito curta) e a seca (muito longa). A precipitação média anual na estação mais próxima (Chicôa) é de 635 mm, enquanto a evapotranspiração potencial média anual está na ordem dos 1.623 mm (MAE 2014: 1).

A maior queda pluviométrica ocorre sobretudo no período compreendido entre Dezembro a Fevereiro, variando significativamente na quantidade e distribuição, quer durante o ano, quer de ano para ano e a temperatura média está na ordem dos 26.1°C. As médias anuais máxima e mínima são de 34.1 e 18.1°C, respectivamente. A temperatura elevada agrava consideravelmente as condições de fraca precipitação nestas regiões provocando insuficiências de água para o crescimento normal das plantas (MAE 2014: 1).

### **4.3. Hidrografia**

Songo é definido principalmente pelas bacias hidrográficas dos rios Zambeze, Chirodze, Daque, Messanângua e Sacoke. Em Moçambique, a bacia hidrográfica do rio Zambeze ocupa uma área de 140.000Km<sup>2</sup>, abrangendo totalmente a província de Tete e parte das províncias da Zambézia, Manica e Sofala. A rede de drenagem natural é constituída fundamentalmente pelo rio Guto, ribeira de carácter torrencial que atravessa o planalto, recebendo as águas de seus tributários, três em cada margem (MAE, 2014: 1-2).

O sistema de drenagem apresenta nítidos sinais de terrenalidade com formação de leitos relativamente encaixados, frequentemente ravinados, onde os declives são mais acentuados. A linha de água principal, atingindo uma zona de menor declive forma um leito mal definido, permitindo a formação de depósitos coluviais (MAE, 2014: 2).

### **4.4. Geologia**

Songo situa-se na região sul-oriental de África e o principal sistema sismo-tectónico que atravessa o continente africano (rifts da África Oriental) tem influenciado a evolução geológica desta parte do continente. Trata-se do maior sistema rift continental, ao qual estão associados geneticamente um conjunto numeroso de lagos naturais, vulcanismo ultra-alcalino (nefelinitos, ijolitos e carbonatitos) e fluxos térmicos de média e alta-entalpia (MAE, 2014: 2).

A Norte do Lago Niassa divide-se em dois ramos, o oriental e o ocidental, constituindo um conjunto de grabens onde se instalaram numerosos lagos. Os aspectos geomorfológicos e estruturais relacionam-se com o estilo tectónico que tem estado na origem e desenvolvimento destes grabens. Próximo da barragem, a seguir à foz do rio Nhacanzira, o rio Zambeze escavou um canhão no vale apertado, ainda jovem, em formações pertencentes ao precâmbrico superior. Trata-se de rochas predominantemente granito-gnaissicas e graníticas, onde ocorrem em locais de reduzida expressão afloramentos de rochas grabo-dioríticas e granulitos (Ibidem)

As rochas com maior expressão local são as de tendência granítica, que incluem granitos com amplas características petrográficas, apresentando, frequentemente, disposições orientadas dos minerais, por vezes francamente gnaissica (MAE, 2014: 2-3).

A presença do granito no Songo também permitiu a construção da plataforma do zimbabwe do Songo.

#### **4.5. Vegetação**

Embora os recursos do planalto sejam limitados, a presença da população, cuja base económica é a agricultura e pecuária de subsistência, provocou a degradação do meio que se reflecte pela pobreza da cobertura vegetal existente e pelos sinais evidentes de erosão que se verificam em diversos locais, especialmente nos leitos e ribeiras e na zona central do planalto. Assim nas zonas baixas “tando” que se formam ao longo da margem esquerda do rio Guto, há más condições de drenagem natural, com poucas espécies arbustivas ou arbóreas (MAE, 2014: 3).

Fora desta zona, todo o planalto seria coberto por densa vegetação arbórea de grande riqueza florística, interrompida apenas pelos afloramentos rochosos naturais. Pode-se ainda observar, em alguns locais mais abrigados, testemunho dessa cobertura florestal idêntica à densa vegetação que cobre algumas vertentes da própria serra do Songo. (MAE, 2014: 3-4).

Esta vegetação aliada ao Zimbabwe do Songo constitui uma paisagem cultural única, para o desenvolvimento do turismo, benéfico para as comunidades locais e para a gestão sustentável do património arqueológico.

Esta descrição físico geográfica combinada com o património arqueológico do Songo permite a integração das paisagens naturais do local para o desenvolvimento do Arqueoturismo e a gestão sustentável do património arqueológico, conforme o capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO 5**

### **GESTÃO SUSTENTÁVEL DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DA PLATAFORMA DO SONGO**

#### **5.1. Sumário**

Através da presente investigação pretende-se fundamentar a ideia de que a arqueologia pode desempenhar um papel importante no processo de desenvolvimento sócio-económico local, sobretudo através da exploração da sua vocação turística (Carbone. 2006:146). Dado este pressuposto pretendo analisar o actual modelo de gestão do património arqueológico Moçambicano com fins turísticos. A constatação geral é de que o sistema de gestão das estações arqueológicas moçambicanos precisa de ser melhorado. Há necessidade de ligar a administração pública central aos projectos que respondam às necessidades locais, para a gestão sustentável do património arqueológico. Este parece ser o principal obstáculo para o desenvolvimento das áreas arqueológicas enquanto atracções turísticas, mas ao mesmo tempo veículos de crescimento económico e sócio-cultural, em benefício da população local.

#### **5.2. Principais instrumentos legais para a gestão do Zimbabwe do Songo**

Os principais instrumentos legais que escolhi para este trabalho, havendo outros, são:

- A Lei n.º 10/88, de 22 de Dezembro, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano;
- A Lei n.º 5/2017, de 11 de Maio, sobre a Protecção, Conservação e Uso sustentável da Diversidade Biológica;
- O Decreto n.º 27/94, de 20 de Julho, sobre o Regulamento de Protecção do Património Arqueológico. “Este regulamento define conceitos relativos à conservação do património

arqueológico e os procedimentos que visam a obtenção de licenças para a realização de trabalhos arqueológicos em território nacional” (Macamo 2014: 2);

- O Decreto nr. 55/2016, de 28 de Novembro sobre a Gestão de Bens Culturais Imóveis;
  - A Resolução n° 11/2010, de 2 de Junho sobre a Política de Museus cujo objectivo geral é promover a valorização e fruição dos bens móveis do património cultural moçambicano;
  - A Resolução n° 12/2010, de 2 de Junho sobre a Política de Monumentos. Tem como objecto a preservação e valorização de bens imóveis do património cultural de Moçambique, de forma a garantir a sua fruição pública. Abrange os monumentos, conjuntos e sítios, de acordo com o critério de valor local, nacional ou universal que estes bens representam.

A implementação da referida legislação do património cultural combinada com a do património natural e turística ajuda na gestão sustentável do património arqueológico, em particular o Zimbabwe do Songo.

### 5.3. Serviços e condições de hospedagem

Na Vila do Songo funcionam estabelecimentos comerciais que disponibilizam artigos de consumo, limpeza, vestuário, entre outros. O comércio informal representa uma alternativa de sobrevivência dos jovens, face à falta de emprego de que a vila e o distrito se ressentem e a falta de um maior número de estabelecimentos comerciais para fornecer uma maior variedade de produtos à população. O comércio informal traduz-se basicamente na rotina de compra e venda de produtos e bens manufacturados industriais e de origem agrícola. A albufeira de Cahora Bassa oferece grandes potencialidades turísticas pela sua extensão e recorte paisagístico das margens, pesca desportiva, etc. A actividade pesqueira é praticada ao longo desta albufeira em moldes desportivos para os detentores de embarcações ou instrumentos adequados para o efeito, sendo que a construção de restaurantes, hotéis e outras infraestruturas para o turismo iria contribuir para impulsionar a actividade eco e arqueo - turística da região (MAE 2014:70).



*Figura 7. Actividades de pesca na albufeira de Cahora Bassa (<https://www.google.com>)*

Na Vila de Songo funcionam agências bancárias como fonte de crédito formal (MAE 2014:70).

Durante 2011 foram recenseados 563 estabelecimentos comerciais, 99 unidades micro-industriais, 29 casas de alojamento turístico, 6 restaurantes, 2 hotéis e 2 lodges. No quadro da implementação do Decreto 2/2008 de 12 de Março sobre o Licenciamento simplificado foram emitidas 58 licenças (4 moegeiras, 2 tabacarias, 1 oficina e 51 bancas) e 7 cartões de identificação de Operador Comercial Rural. Ainda foram licenciados 2 estabelecimentos de

alojamento turístico da categoria de classe única, localizados na Vila de Songo e Chitima, com um total de 17 quartos com capacidade para 17 camas. Em relação ao ano 2010 foram emitidas 18 licenças simplificadas e 1 alvará do alojamento turístico denominado SMART NAIRA RESIDENCIAL Lda (MAE 2014:18)

#### **5.4. Proposta do modelo do turismo cultural, para a gestão sustentável do património arqueológico**

De acordo com Filipe (2018:78) “o turismo cultural deve ser em simultâneo o ponto de chegada, ou seja no sentido de inovar, de criar coisas, produtos e serviços que respondam a um Turismo competitivo (...). Nesta ordem ideias, segundo a autora, não deve haver um posicionamento ou sentimento conformista de que já se fez o melhor e nada mais há a fazer. Há sempre algo mais que pode e deve ser feito.

Neste contexto, o modelo de turismo cultural que se propõe é uma transcrição com algumas adaptações do estudo efectuado por Carbone (2006) actualizado por Filipe (2018) e que se adequa para o caso do Songo (Macamo 2006), visando o desenvolvimento do arqueo-turismo no local (Figura 8a; Figura 8b).

**Localização**  
 O *dzimbabwe* do Songo situa-se no planalto de mesmo nome, na confluência do rio Ruenha com o rio Zambeze, na margem norte deste, na vila do Songo, na província de Tete. Foi construído numa posição central na área do planalto, num pequeno afloramento rochoso a cerca de 130km Noroeste da cidade de Tete.



Coordenadas:  
 S15° 36' 55.4''  
 E32° 46'  
 19.8''. O clima nesta região é tropical. (Wild & Fernandes 1967:35).

**Historial de investigação**  
 A investigação começa em 1937 com antropólogo Santos Júnior no âmbito de Missão Antropológica de Moçambique. Em 1972 e 1973 o geólogo Miguel Ramos realiza operações de salvaguarda, no âmbito da construção da barragem de Cahora Bassa



**Amuralhado de Songo, Descrição**



O amuralhado de Songo consiste em uma construção em plataforma de pedras sobrepostas de granito com uma forma elíptica, tendo como extensão 51,2 m de Norte a Sul, e 70,45m de Leste a Oeste. Na parte norte existe uma entrada com uma escada de 20,6m de comprimento e 7,6m de largura. Igualmente, são visíveis quatro vestígios de chão maticado "Dhaka" na parte sul da plataforma.

Em Songo, há divisórias em forma de muralhas radiais onde foram encontrados 4 soalhos de casa de dhaka. A plataforma superior apresenta numerosos vestígios da ocupação humana, sobretudo objectos líticos, fragmentos de cerâmica e estruturas de habitação. De referir que a construção em plataforma do amuralhado de Songo, evidência certas similaridades com as ruínas de Khami datadas entre os Séculos. XVI e XVIII AD (Macamo 2006: 189).

**Arquitetura do recinto do muralhado de Songo**

O recinto muralhado de Songo documentam uma construção de pedra seca ou insossa, de planta sob-elipsoidal e de estilo africano, mostrando não só o conjunto de elementos estruturais, como uma realidade arqueológica enquadrável na Tradição da Cultura Zimbabwe.

**Tipos de cerâmica**

A cerâmica identificada por Miguel Ramos, apresenta uma decoração geométrica correspondem à classificação de cerâmica "Zimbabwe tipo II" (Ramos 1973:12-14 citado por Macamo 2006:186). É possível observar pelo menos uma amostra de cerâmica com triangulação geométrica incisa.

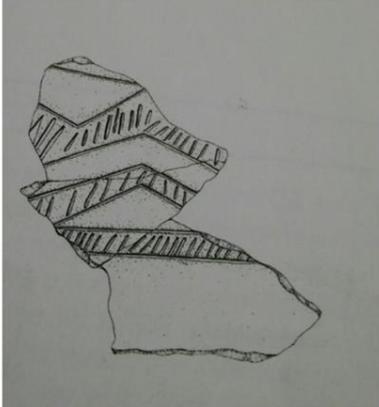


Figura 8. a. Modelo de guião arqueo-turístico do Songo

<p style="text-align: center;"><b>SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE HOSPEDAGEM</b></p> <p>Na Vila de Songo funcionam estabelecimentos comerciais que disponibilizam artigos de consumo, limpeza, vestuário, entre outros. albufeira de Cahora Bassa oferece grandes potencialidades turísticas pela sua extensão e recorte paisagístico das margens, pesca desportiva. A actividade pesqueira é praticada ao longo desta albufeira em moldes desportivos para os detentores de embarcações ou instrumentos adequados para o efeito, sendo que a construção de restaurantes, hotéis e outras infraestruturas para o turismo iria contribuir para impulsionar a actividade ecoturística da região.</p> <p>Na Vila de Songo funcionam agências bancárias como fonte de crédito formal (MAE</p> 	<p style="text-align: center;"><b>Referências bibliográficas</b></p> <p>Macamo, S. L. &amp; Duarte, T. 1996. "Oral tradition and Songo Ruins". In: Pwiti, Gilbert e Soper, Robert (eds.) Aspect of African Archaeology - Papers from the 10<sup>th</sup> Congress of the Pan African Association for Prehistory and Related Studies: 20-24. Harare: University of Zimbabwe Publications.</p> <p>Ramos, M. 1980. "Une enceinte (Monomotapa) peuconnue du Songo, Mozambique". In: Leakey, R. E. F. &amp; Ogot, B. A (eds) Proceedings, 8<sup>th</sup> Pan African Congress Prehistory and Quaternary Studies: 355-356. Nairobi: Memorial Institute for African Prehistory.</p>  <p style="text-align: center;"><i>Arqueo-turismo e gestao sustentavel do patrimonio arqueologico do Songo</i></p> <p style="text-align: center;"><b>Contactos:</b> <i>Direcção provincial da cultura e turismo da provincia de Tete +258 25223762</i></p>	<p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;"><b>ARQUEO-TURISMO E GESTÃO SUSTENTAVEL DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO SONGO PROVÍNCIA DE TETE</b></p>  <p style="text-align: center;">Maputo, Novembro de 2019 <b>Helton Sales Malate</b></p>
--	--	---

Figura 9. b. Guião arqueo-turístico de Songo

De forma geral, o primeiro passo para uma forma de gestão integrada do património teria que consistir, já a nível conceptual, e a todos os níveis de intervenção, na inversão da tendência para uma sustentabilidade apenas ou principalmente como prevenção de emergências ambientais. Inverter esta tendência passa inevitavelmente por em prática as seguintes etapas:

- ❖ Repensar na ideia de sustentabilidade e começar a planear apostando na ideia de integração entre “sustentabilidade”, isto é, esforçar-se mais para atingir uma forma de desenvolvimento ambientalmente, sócio culturalmente e economicamente sustentável;
- ❖ Apostar na importância do património cultural e natural enquanto recurso dinâmico e potencial gerador de auto-estima e crescimento económico, cultural para os residentes;
- ❖ Do ponto de vista mais estritamente turístico, apostar na exploração dos recursos culturais de uma forma integrada e participada, incluindo no processo de planeamento os próprios técnicos do património, para que sejam eles próprios a “explicar” aos visitantes a importância do património. O objectivo final seria a criação

de uma oferta no destino de particular valor qualitativo e que ao mesmo tempo que vise dar o seu contributo para o desenvolvimento local.

Estas representam as bases para a implementação do novo modelo de planeamento e gestão, que de seguida passo a apresentar (Carbone 2006:148).

Para começar é bom esclarecer que o modelo aqui sugerido é sobretudo direccionado aos actores envolvidos no processo de desenvolvimento a nível local, embora, como óbvio, passe para reflexões e sugestões para revisões do actual modelo a vários níveis. O lema “Pensar Globalmente, Agir Localmente” resume a única forma viável de implementar os princípios de sustentabilidade, respeitando as unicidades de cada localidade e proporcionando um elevado grau de responsabilidade aos administradores e populações locais.

Em geral, a gestão do património arqueológico, em primeiro lugar, como foi anteriormente demonstrado, um dos principais pontos fracos do actual modelo de gestão apresenta-se mesmo ao nível nacional: a burocratização dos processos de planeamento e gestão do desenvolvimento. Tais processos resultam demasiadamente vinculados à administração central, enquanto uma forma mais ágil e flexível de administração e gestão do património arqueológico, que se reflecta numa maior autonomia e maior responsabilização dos actores locais, seria uma das mais importantes mudanças para a melhoria da qualidade de gestão. A concessão de uma certa autonomia administrativa e financeira por parte do Estado aos actores locais, embora sujeita à uma supervisão constante, parece portanto estar na base de um modelo de gestão mais dinâmico e eficaz.

Descendo finalmente ao nível local, de seguida os principais itens sobre os quais teria que assentar o novo modelo de gestão:

- ❖ Planeamento e gestão integrada do património cultural e natural “interna” e “externa”(Lei nr. 10/88 de 22 de Dezembro, de 20 de Julho; Lei nr. n.º 5/2017, de 11 de Maio);
- ❖ Ênfase maior aos benefícios sócio culturais que o património arqueológico pode proporcionar (Ver por exemplo o Decreto nr. 55/2016, de 28 de Novembro);
- ❖ Planeamento da conservação do património arqueológico a começar desde a fase de investigação da estação arqueológica, conforme o Decreto nr. 27/94, de 20 de Julho (em particular no caso das estações arqueológicas de médias e grandes dimensões);
- ❖ Revitalização dos sistemas e instrumentos de comunicação que dêem ênfase ao contacto com o público (Resolução nr. 11/2010, de 2 de Junho; Resolução nr 12/2010, de 2 de Junho), seja ele um residente, um turista nacional ou um turista estrangeiro.

Tal inovação também tem que passar pela valorização da figura do próprio arqueólogo e técnicos do património;

- ❖ “Contextualização total”, isto é, não entender o património arqueológico como algo estático, mas como elemento integrante e ainda vivo, não só enquanto testemunha material da cultura local na acepção mais ampla do termo (tradições linguísticas, tradições populares, artesanato típico e actividades económicas tradicionais, gastronomia, história, etc.), mas também enquanto dinamizador da economia local.

Ainda, tal modelo teria que resultar integrado, isto é, não se pode pensar em gestão de uma área arqueológica, sua apresentação e valorização, sem pensar na introdução da área e da actividade turística a esta associada, como veículo de:

- ❖ Desenvolvimento económico local, enquanto produto multifacetado.
- ❖ Desenvolvimento social e cultural da população, proporcionado por uma intensa actividade cultural ligada às estações arqueológicas.

No que diz respeito ao primeiro ponto, a sugestão é de uma mais forte ligação do contexto arqueológico às tradições populares, à gastronomia, e a todas as actividades económicas tradicionais do contexto no qual a estação arqueológica se insere. Esta forma de abordagem iria servir também para a prevenir a extinção de actividades económicas tradicionais. Ainda em termos de dinamização económica, inclui-se a possibilidade de desenvolver actividades económicas mais estritamente turísticas, directamente ligadas às áreas arqueológicas (Carbone 2006:149).

Acerca do segundo ponto, é recomendável a implementação de um marketing cultural adequado que iria beneficiar a própria população que visem uma maior consciencialização da população local acerca do próprio património arqueológico com um crescimento da própria auto-estima. Mas paralelamente ao reforço da consciência das próprias raízes culturais, teria que ser planeada uma intensa actividade de intercâmbio cultural, que tenha sempre como fundo o recurso arqueológico e sua envolvente histórica e paisagística, com o fim de dinamizar o sitio e dar-lhe vida, a partir da qual se possa desenvolver uma construtiva troca com outras culturas; Isto é, um modelo de gestão mais eficaz das estações arqueológicas já não pode ser pensado exclusivamente assente na preservação de um monumento, do vestígio arqueológico ou na criação dum espaço museológico. Em termos turísticos, a contextualização destes recursos representa a oferta a criar: a paisagem, os costumes, as histórias e lendas, as artes e actividades tradicionais, a gastronomia são todos elementos de uma mesma peça, que é preciso saber comunicar e transmitir ao turista no seu complexo. Tal

abordagem, por si só, acarreta uma série de consequências positivas para o processo mais abrangente de desenvolvimento local, garantindo a implementação de princípios de sustentabilidade.

O modelo proposto, que assenta no cruzamento do respeito de normas para a apresentação e a valorização do património enquanto veículo de desenvolvimento sócio- económico, proporciona dois principais benefícios:

1. Integração dos recursos arqueológicos no processo de desenvolvimento sustentável a nível local;
2. Melhoria da qualidade da oferta turística.

A inclusão destes objectivos no plano estratégico de gestão do património cultural, especificamente o arqueológico, representaria uma mais valia para a estação arqueológica em si, bem como para o contexto social e económico do território em que está inserido. Uma forma nova de pensar, planear, gerir a arqueologia (Carbone 2006:151-152).

## CONCLUSÃO

A construção do Zimbabwe do Songo numa posição central do planalto junto ao vale do rio Zambeze possibilita a sua utilização arqueo-turística. A questão central deste trabalho foi o desenvolvimento de um modelo de arqueo-turismo ligado ao Zimbabwe do Songo, para a gestão sustentável do património arqueológico. Nesse aspecto é também de interesse sob o ponto de vista de turismo sustentável zelar não só pelo património arqueológico, como também pela paisagem cultural do Songo.

Nos últimos anos verificamos que, cada vez mais, cresce o número de projectos integrados, onde os arqueólogos se preocupam, além dos interesses científicos com a preservação das estações arqueológicas. Os arqueólogos preocupam-se também em envolver as comunidades locais trazendo, mesmo que às vezes de forma pontual, benefícios para estas comunidades, através da prática da actividade turística e da preservação do património arqueológico.

Neste trabalho mostrei que é preciso repensar nas políticas integradas de preservação do património natural, histórico-cultural e, sobretudo, desenvolver acções que permitam a inclusão da população local como agente activo nesse processo.

Certamente que ainda há muitos desafios, para a gestão integrada do património arqueológico nacional. Este estudo visou, de certa maneira, apresentar uma contribuição em resposta deste desafio.

Com este estudo perspectiva-se o seguinte:

- 10 O desenvolvimento do arqueo-turismo no Songo, para a interpretação do património arqueológico;
- 11 A divulgação do património arqueológico do Songo, para impulsionar no futuro próximo, o aparecimento das agências arqueo-tuísticas no local;
- 12 O aproveitamento dos recursos arqueo-turísticos, em benefício das comunidades locais e dos turistas nacionais e internacionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

Bolentim Oficial de Moçambique, N.º1 sociedade de Geografia,

Bordes, F. 1988. *Typologie du p leolithique Ancienm et Moyer*. Presses du CNRS.

Carbone, F.2006. *Turismo, Património e Sustentabilidade. Modelo de Gestão para S tiosArqueologicos*.

*Decreto nr. 27/94, de 20 de Julho, que aprova o Regulamento de Protec o do Património Arqueológico e a composi o do Conselho Nacional do Património Cultural. Boletim da República nr. 29 (I)*. Maputo (Moçambique)

*Decreto nr. 55/2016, de 28 de Novembro, que aprova o Regulamento sobre a Gestão De Bens Culturais Imóveis. Boletim da República n. 142 (I)*. Maputo (Moçambique)

Filipe, K. 2014. O Turismo Cultural no Contexto da Gestão do Património Cultural. In A. Jopela (coord.). *Manual de Conserva o do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura – Direc o Nacional do Património Cultural (DNPC).

Filipe, K. 2018. *A madeira e Zinco da Mafalala e Mac ti da Ilha de Mocambique*. Maputo

Huffman, T.1970. The Early Iron Age and the Spread of the Bantu. *The South African Arqueological Bulletin*, Vol. XXV: 3-21. Cape Town.

*Lei n.  10/88 de 22 de Dezembro, que determina a protec o legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. Boletim da República n. 51(I)*. Maputo (Moçambique)

*Lei n.  5/2017, de 11 de Maio, Lei de Protec o, Conserva o e Uso sustentável da Diversidade Biológica. Boletim da República n. 73 (I)*. Maputo (Moçambique)

Macamo. S. L. 2003. *Dicionário de Arqueologia e património cultural de Moçambique*. (documento não publicado) Maputo: Ministério da Cultura.

Macamo, S. L. 2006. *Privileged Places in South Central Mozambique. The archaeology of Manyikeni, Niamarra, Songo and Degue-Mufa*. Studies in Global Archaeology. Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History.

Macamo, S. 2014. Introdução. In A. Jopela (coord.). *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura – Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC).

Macamo, S. L. & Duarte, T. 1996. Oral tradition and Songo Ruins. In: Pwiti, Gilbert e Soper, Robert (eds.) *Aspect of African Archaeology - Papers from the 10<sup>th</sup> Congress of the Pan African Association for Prehistory and Related Studies: 20-24*. Harare: University of Zimbabwe Publications.

Meneses, M. P. G. 2002. Glossário de alguns conceitos e termos utilizados em Arqueologia. Maputo: Departamento de Arqueologia e Antropologia, Universidade Eduardo Mondlane.

Ministério da Administração Estatal (MAE). 2005. *Perfil do distrito do Búzi, província de Sofala*. Maputo: [S. e.].

Oliveira, O. R. 1973. Zimbabwes de Moçambique: Proto-história de africana. Monumenta 9, 31-64.

Pélessier, R. 1987 e 1988. História de Moçambique formação e oposição. Vol. I e II. Universitária. Editorial Estampa, Lisboa.

Phillipson, D.W 1994. African Archaeology. Cambridge University Press.

Pwiti, G. 1996. Continuity and Change Studies in African Arqueology, 13. Uppsala.

Ramos, M. 1973. “Exploração arqueológica na área de Cahora-Bassa”. *Separata de Actas das II Jornadas Arqueológicas* (1): 7– 14.

Ramos, M. 1980. “Une enceinte (Monomotapa) peuconnue du Songo, Mozambique”.In: Leakey, R. E. F. & Ogot, B. A (eds) Proceedings, 8<sup>th</sup> Pan African Congresso Prehistory and Quaternary Studies: 355-356. Nairobi: Memorial Institute for African Prehistory.

*Resolução n° 11/2010, de 2 de Junho, que aprova a Política de Museus. Boletim da República nr. 22 (I). Maputo (Moçambique)*

*Resolução n° 12/2010, de 2 de Junho, que aprova a Política de Monumentos. Boletim da República nr. 22 (I). Maputo (Moçambique)*

Rodrigues, M. 2009, contribuição para Arqueologia Comum de Portugal e Moçambique: o Recinto Muralhado de Songo no Contexto do Estado do Mutapa- Resultados da Intervenção Arqueologica- Província de Tete. Lisboa.

Rodrigues, M. 2010. A presença Portuguesa no Vale do Zambeze- Zumbo e Cachomba- Província de Tete- Moçambique. Braga.

Sinclair, P.J. J.1987. Space, Time and Social Formation: a territorial approach to the archaeology and anthropology of Zimbabwe and Mozambique c. 0-1700 AD. (AUN 9): Uppsala: Societas Archaeologica Upsaliensis.